

AAGGE	FORMULÁRIO DE ATA DE REUNIÃO	Codificação
		FAR

2ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DE 2020

1. Identificação da Reunião

Data da reunião: 18/08/2020	Horário: Início: 14h Término: 16h30	Local: Videoconferência – ZOOM Endereço: https://us02web.zoom.us/j/6239204026?pwd=cEISbURMWU0wZlVLOWsrK0RyNHpKdz09
Objetivo da reunião: 1. Analisar o desempenho dos indicadores do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2016-2020, Planejamento Estratégico de TIC (PETIC), Plano de Gestão de Pessoas (PGP), Plano Anual de Comunicação, ano base 2020; 2. Apresentar os painéis estatísticos de resultados 1º semestre/2020; 3. Exposição da execução do Planejamento Integrado das Eleições – PIELE 4. Demandas INTEGRAZONAS.		

2. Pauta

1. Abertura - Diretoria Geral - 5 min
2. Palavra do Presidente – 10 min
3. Análise das ações da RAE de 02/07/2020 - 5 min
4. Análise do desempenho dos indicadores (VPCRE - 5min) (SJD - 5 min) (SAO - 10 min) (STI - 15 min) (SGP - 5 min) (AAGGE - 5 min) (AQUAL -5 min) (ORE - 5 min), (EJE - 5 min) – Total 50 minutos
5. Orientação no acompanhamento do Plano de Gestão - 5 min.
6. Resultado de auditoria interna do SGQ - 5 min
7. Exposição da execução do PIELE - 10 min.
8. INTEGRAZONAS - 10 min
9. Encerramento - 5 min.

3. Participantes da Reunião

Aprovação pelo NQ	Versão	Data de Aprovação	Folha
	1.1		

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 24/08/2020 20:46:16

Por: ANDRE LUIZ SOARES e outros

Alteração: Mudança de Logomarca
Este documento não poderá ser copiado ou cedido sem a prévia autorização

AAGGE	FORMULÁRIO DE ATA DE REUNIÃO	Codificação
		FAR

3.1. Presidente

Desembargador Leandro Crispim

3.2. Membros do Comitê Permanente de Gestão Estratégica - CPGE)

Nome	Unidade
Wilson Gamboge Júnior	Diretoria-Geral e Presidente do CPGE
Cristina Tokarski Persijn	Secretaria de Administração e Orçamento - SAO
Leonardo Sapiência Santos	Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP
Fernanda Souza Lucas	Secretaria Judiciária - SJD
Frank Wendell Ribeiro	Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
José Carlos da Silva	Assessoria de Apoio a Governança e Gestão Estratégica - AAGGE
Vinicius de Castro Borges	Representante do INTEGRAZONAS

3.3. Representante de Escola Judiciária Eleitoral

Nome	Unidade
Dr. Vicente Lopes da Rocha Júnior	Diretoria da EJE

3.4. Representante da Auditoria Interna

Nome	Unidade
Sandra Fleury Nogueira	Coordenadoria de Auditoria

3.5. Equipe de apoio

Nome	Seção
Wesley Francisco Machado de Napoli	AQUAL
Thatiane Coleta Silva	ASICS
Thaís Cedro Gomes	APESQ
Silvio José Alberto de Moraes Filho	APLAE
Ricardo César de Sousa	AGSAM
Ronan Fantes de Santana	AQUAL
Priscila Oliveira Ataídes	AGSAO
Paulo Sérgio Taira	AGSTI
Otávio Augusto de Souza	AGPRI
Maria Thereza Rodrigues de Oliveira	ASICS
Melissa Vieira dos Santos Valente	GBPRS
Maria Cecília Félix de Souza Carmo	OUVIDORIA
Luís Gustavo do Lago Quinteiro	AGSGP
Liziane Venâncio Queiroz	SAUGC
Lafaiete Ribeiro de Campos	EJE
Hamilton Pinheiro de Oliveira	AQUAL
Filomena Lopes Ferreira	AGSJD

Aprovação pelo NQ	Versão	Data de Aprovação	Folha
	1.1		

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/08/2020 20:46:16
Por: ANDRE LUIZ SOARES e outros

Alteração: Mudança de Logomarca
Este documento não poderá ser copiado ou cedido sem a prévia autorização

AAGGE	FORMULÁRIO DE ATA DE REUNIÃO	Codificação
		FAR

Danilo Cândido Rios	ASGES
Christiano de Souza Vieira	SAUGC
Bruno Mortari	AAGGE
Brazilino Nunes de Oliveira	ASICS
André Luiz Soares	AGGES

4. Síntese da Reunião

Abertura - Diretoria Geral: Wilson, iniciou falando da importância de uma leitura mais aplicada dos nossos indicadores inclusive por meio dos painéis de BI, observou a necessidade de sistematizar o restante da leitura dos indicadores, do período que cobre a estratégia 2016-2021, já desenhar para o futuro, aquele que vai ser o novo período de longo prazo (2022-2027) para o planejamento estratégico do Tribunal. Lembrou também do planejamento das eleições, assunto que será tratado nesta reunião, destacou o diferencial das eleições que se aproximam, com o desafio da distribuição de aproximadamente 60 mil quilos de equipamentos de EPI, juntamente com o material de eleição para todas as 92 Zonas Eleitorais. Destacou a participação do Des. Leandro Crispim, lembrando que é a primeira reunião de análise da estratégia que o Desembargador participa, considerando a importância do fato, acrescentou também a sua onipresença em tudo que vem sendo feito no Tribunal.

Palavra do Presidente: Des. Leandro Crispim, cumprimentou a todos, desejando uma boa tarde de reuniões. Informou que parte dos resultados a serem apresentados durante os trabalhos da reunião, não fazem parte da sua gestão, destacou que sua gestão iniciou em 30 de abril. Se colocou a disposição para ouvir com atenção as apresentações que seriam feitas durante a reunião. Disse da expectativa em trilhar o caminho juntamente com os servidores e gestores, no sentido de melhorar os números (resultados) naquilo que for possível.

José Carlos: informou sobre o encaminhamento que a reunião adotaria. As Unidades deveriam se ater aos indicadores que não alcançaram a meta, tecendo a análise crítica, destacando as justificativas e ações adotadas. Destacou a importância da realização da reunião prévia de análise da estratégia com as unidades. Procedeu com a leitura das ações oriundas da reunião passada, em ato contínuo passou a palavra à SAO que responderia pela ação.

Análise das ações da RAE de 02/07/2020

1. Realizar avaliação do orçamento para fins de remanejamento do recurso – informando a SAO:
CRISTINA: informou que uma das coisas que mais ajuda na gestão é a forma de cobrança da leitura dos indicadores, mas vem observando o empobrecimento das respostas na leitura dos indicadores, sem nenhum comentário ou mesmo destaque de ações que podem ser tomadas para alcance da meta. Corrigiu dizendo, que algumas Unidades fazem o detalhamento, esclareceu que os detalhes das respostas são levados ao conhecimento de outras unidades para que possam criar condições de melhoria da execução. Se dirigiu aos secretários, dizendo da necessidade de proceder com orientações aos assessores, no sentido de se ter uma informação mais qualificada e consequentemente o seu registro, diante das solicitações da SAO. Finalizou informando que ainda tem Unidade que não finalizou o trâmite colaborativo, aberto para a apuração dos valores de remanejamento do recurso.

PRISCILA: lembrou que foi feito o remanejamento com base nas informações das Unidades e será utilizado em novos projetos das próprias Unidades. Informou que a partir de agora será

Aprovação pelo NQ	Versão	Data de Aprovação	Folha
	1.1		

AAGGE	FORMULÁRIO DE ATA DE REUNIÃO	Codificação FAR
-------	------------------------------	--------------------

feita a análise da capacidade de pagamento, e para tanto será encaminhado formulário para as Unidades. Destaca a necessidade de agilidade das unidades nas solicitações de avaliações que movimentam o orçamento, como foi o caso da necessidade de avaliação dos empenhos para efeito de remanejamento dos recursos.

Análise do desempenho dos indicadores - PEI – PAD 9564/2020:

DANILO: iniciou informando que com a recente implantação do DATAJUD pelo CNJ, o Tribunal tem passado por um período de importante transição no que se refere à qualificação das informações de movimentação processual e às ferramentas eletrônicas utilizadas para extração de dados estatísticos. Quanto aos INDICADORES IA5.1 (Meta 1 do CNJ) e IA5.5 (Taxa de Congestionamento em 1º Grau), esclareceu que em anos de eleições municipais, é natural que apresentem alta volatilidade. Hoje, ambos indicam aproximadamente 50% de alcance das respectivas metas. E as razões são as mesmas: 1ª: diminuição dos julgamentos nos processos físicos devido à suspensão dos prazos e do trabalho remoto. 2ª: Recente entrada de centenas de novas prestações de contas partidárias anuais e de filiações partidárias. Esclareceu que a expectativa é que, até novembro, ambos indicadores se aproximem das metas; para, em seguida, em dezembro, se distanciarem novamente, devido ao grande volume (milhares) de novas prestações de contas de campanhas eleitorais que, excepcionalmente (devido à prorrogação da data das eleições) serão apresentadas até 15 de dezembro e que não poderão ser julgados ainda nesse ano. O que tornará inviável o cumprimento das metas desses indicadores. Esclareceu que foi apresentado requerimento ao CNJ, por meio do Juiz Gestor de Metas, solicitando a retirada de todos os processos de PC do escopo da Meta 1, porém, sem alteração até o momento. Quanto ao INDICADOR IA3.2 (Índice de Inspeções Cartorárias), informou que a meta do índice é serem inspecionadas 18% das zonas eleitorais em 2020 (16). Foram feitas, até março, 9. Até o momento, estão suspensas as inspeções devido à pandemia. Esclareceu, por fim, que encontra-se em fase final de correção a minuta de provimento que regulará a possibilidade de inspeções virtuais.

FERNANDA: Iniciou dizendo que merece destaque o acompanhamento das metas do CNJ, que também são os indicadores do Tribunal, passou a discorrer da taxa de cumprimento da Meta 1 no II Grau, que determina julgar mais processos em relação a entrada de novos processos. Informou que a taxa de julgamento é de 65,10%, destacou a previsão do número de processos que vão se avolumar no segundo semestre com a advento do processo eleitoral, dizendo que o número de processos que chegaram ao II Grau, superará o volume do I grau, representando um fator de risco ao cumprimento da meta do CNJ, muito embora, tratativas com o Presidente e o Gestor de Metas das ações que estão sendo tomadas para a melhoria do índice alcançado até agora. Lembrou a atuação do Dr. Vicente, juiz de metas, perante os juízes membros e também o ofício enviado por ele ao CNJ, solicitando exclusão dos processos de prestação de contas de campanha do cálculo do referido índice, caso seja atendido irá contribuir muito com o cumprimento da meta 1. Quanto a Meta 4, o índice de cumprimento está em 12,35%, destacou a meta como crítica, mas que o número de processos para julgar e atender é pequeno. Por último, comentou a taxa de congestionamento, que hoje se encontra em 55,71%, com tendência de queda, acredita que está no caminho para o seu cumprimento da meta de 40%.

PRISCILA: quanto ao índice de adequação ao planejamento das contratações e aquisições, Priscila informou que muitos processos de aquisições não fazem parte do planejamento anual, impactando na leitura do indicador, fazendo com que a distribuição não seja regular. Serão adotadas algumas medidas de ajustes no processo de aquisições, com a adoção de lista de verificação com o propósito de antecipar-se aos processos que não figuraram no plano anual de contratações. Lembrou que outro fator que impactará no indicador serão as contratações em razão do COVID-19, pois, elas não estavam planejadas.

Aprovação pelo NQ	Versão	Data de Aprovação	Folha
	1.1	Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006 Em: 24/08/2020 20:46:16	

AAGGE	FORMULÁRIO DE ATA DE REUNIÃO	Codificação
		FAR

FRANK: sobre o índice de governança e gestão de TI, informou que este ano, em razão da pandemia, o TCU não fará a medição. No entanto, o CNJ também acompanha este índice, mas sobre o aspecto da governança. Para as áreas, o aumento neste indicador significa uma melhor continuidade dos negócios. Em seguida passou a descrever as várias atividades que colaboram com a maturidade da governança de TIC.

PAULO TAIRA: lembrou de a importância das áreas de negócio participarem desta reunião, o sucesso maior é quando as unidades estão conseguindo realizar suas atividades, o objetivo da área de TI é viabilizar, agregar valor para o negócio, é estar disponível para seus clientes. Reforçou a necessidade de realizar internamente os levantamentos de governança pública, que seriam realizados pelo TCU. Exaltou o acerto na escolha da estratégia para as aquisições, optando por iniciar os procedimentos e estudos preliminares da maioria das aquisições no exercício anterior ao pretendido para recebimento. Afirmou que os processos de 2020 já se encontram na sua fase final. Se dirigiu a Secretaria de Administração e Orçamento, alertando da necessidade de defender junto ao TSE o reconhecimento de projetos que promovam redução de custos, sem que isso se reverta em perdas orçamentárias. Por fim, destacou que o Tribunal está num caminho de evolução, acredita que a governança não dá saltos, o avanço é gradativo.

LEONARDO SAPIÊNCIA: iniciou cumprimentando o Des. Presidente e todos os presentes na pessoa do Diretor-geral. Sobre o indicador “índice de maturidade em gestão de pessoas”, solicitou esclarecimentos quanto a meta do indicador, que acusava divergência com as informações da SGP. **José Carlos** colocou a AAGE a disposição para esclarecer as dúvidas ou inconsistências.

LUÍS GUSTAVO QUINTERO: iniciou informando o resultado alcançado para o índice de maturidade em gestão de pessoas (iGovPessoas) no primeiro semestre de 68,27%, considerou satisfatório o resultado alcançado diante da atipicidade do ano (COVID-19), destacou a realização das eleições para o Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas, anunciou como primeira demanda do Comitê, o encaminhamento de uma política de reconhecimento para alta administração. Por fim, expôs as várias medidas que vem sendo adotadas pela SGP que elevam a expectativa de cumprimento da meta.

BRAZILINO: sobre o indicador de “alcance nas mídias sociais”, informou que quando se decidiu pela meta de 950 mil visualizações, esperava-se que haveria a contratação do emulsionamento das mídias, contudo o processo ainda está tramitando. No entanto, ele acredita que a meta será alcançada. Sobre o índice de “números de matérias jornalísticas produzidas”, **THATIANE** informou que o alcance da meta está próximo, atualmente com 57,5% de cumprimento no semestre, aguarda a contratação do serviço de impulsionamento nas mídias sociais que deverá contribuir com o alcance da meta.

HAMILTON: Iniciou afirmando que o indicador do quantitativo de processos certificados tem sua base na cadeia de valor e certificar é ajudar, está é a estratégia da AQUAL. Informou ocorrência de desajuste na certificação, em decorrência da alteração na data da certificação, culminando com a finalização de um ciclo de certificação e a contratação de uma nova certificadora, passando o período de leitura para o segundo semestre. Reforça que duas etapas foram cumpridas no processo da certificação, foram elas: a Auditoria consultoria e a Auditoria interna, lembrou que foram encontradas inconformidades que tratam da gestão de riscos, que devem ser tratadas, e sugestões de melhorias que também precisam ser consideradas. Destacou, que novos processos estão entrando no SGQ, solicitou a colaboração das Unidades, no sentido de se preparar para a certificação externa que está por vir.

Des. LEANDRO GRISPIM, questionou quais as medidas que estão sendo tomadas para solucionar as inconformidades apontadas. Ao final solicitou que seja mantido informado das providências.

HAMILTON: esclareceu que os responsáveis pelos processos já se reuniram com a AQUAL para tratar dos apontamentos no relatório de auditoria, uma segunda reunião já estava marcada para o dia 19/08

Aprovação pelo NQ	Versão	Data de Aprovação	Folha
	1.1		

AAGGE	FORMULÁRIO DE ATA DE REUNIÃO	Codificação FAR
-------	------------------------------	--------------------

com todos os envolvidos, na pauta estará o tratamento das não conformidades envolvendo a gestão de riscos e a documentação da Escola Judiciária Eleitoral.

MARIA CECÍLIA: informou que houve grande aumento pela procura dos canais da ORE durante a pandemia e também da ocorrência do fechamento do cadastro eleitoral. Lembrou ainda que neste momento de pandemia a ORE se tornou o principal canal de comunicação do Tribunal com a sociedade. Lembrou que terá um melhor controle do prazo de respostas por meio do sistema SEI. Finalizou expondo a melhoria na organização dos registros, principalmente com o auxílio da Assistência da Qualidade. Registrou a preocupação em relação a risco, devido as várias demandas que recai sob a ORE, com demandas diversas que afetam suas atribuições. **LEONARDO SAPIÊNCIA,** registrou o reconhecimento pelo CNJ do excelente trabalho realizado pela Ouvidoria do Tribunal na gestão do Dr. Vicente, durante o encontro Nacional do CNJ em 2019.

SANDRA FLEURY: Iniciou chamando a atenção para algumas medidas tomadas pela CAUD, com a publicação das resoluções 308 e 309 do CNJ, levando a reformulação do estatuto da Coordenação da Auditoria, elaboração do novo código de ética da auditoria, elaboração do manual da auditoria, este em fase de conclusão. Acrescentou que IN 84 do TCU trouxe para a CAUD atribuição de realizar ordinariamente auditoria financeira e orçamentária, para tanto solicitou a Diretoria-Geral um reforço de pessoal qualificado com formação em contabilidade, considerando que a referida auditoria será realizada no ano em curso conforme determinação do TCU. Adiantou que a auditoria de transparência que seria realizada esse ano foi adiada para 2021, também foram adiadas as auditorias do processo de alimentação de mesários e transporte de urnas, em decorrência das alterações no calendário eleitoral. Concluiu que diante das atividades relatadas o índice de execução do plano anual de auditoria alcançou 57%, portanto satisfatório. Já o índice de implementação das recomendações expedidas pelo órgão de auditoria, no período de 2016 a 2019, alcançou o resultado de 32,2%, destacou a reflexão realizada, apontando para o número elevado de recomendações de um total de 59 recomendações não atendidas, atualmente 40 recomendações aguardam implementações. Reforçou a necessidade de reformulação dos controles das recomendações expedidas pela CAUD como forma de melhorar o desempenho do indicador.

DR. VICENTE: Iniciou sua participação informando que assumiu a pouco tempo a EJE. Informou que pretende oferecer cursos e treinamentos voltados a magistrados e servidores. Dirigiu-se à Secretaria de Administração e Orçamento, dizendo que possivelmente haverá a necessidade de algum ajuste no orçamento da EJE, somente em relação ao V Fórum de Direito Eleitoral.

LAFAIETE: Inicialmente informou sobre o andamento da iniciativa de elaboração do planejamento estratégico da EJE, esclarecendo o atraso de início do projeto, em decorrência da mudança na gestão da escola. Em ato contínuo, passou a relatar a respeito do índice de participação nos projetos de cidadania, destacando a elevação da meta para 2020 e 2021, frisou que os acontecimentos decorrentes da pandemia, prejudicaram a realização das atividades, já que os eventos são desenvolvidos com as escolas públicas e privadas, e medidas tomadas pelo executivo estadual suspenderam as atividades presenciais nos diversos seguimentos da sociedade.

WILSON informou que entende que a boa execução do orçamento muitas vezes não significa que houve um “furo” no plano de aquisições, mas uma contingência decorrente do bem executar o orçamento, sendo necessário adequar o glossário do plano de aquisições para que estas situações não apareçam como uma não conformidade., mas antes apareçam como correção de rota necessária, quando a administração faz seu dever de casa e contratada um custo menor. Sugeriu para análise, a criação de um indicador para medir a performance de aquisições decorrente de sobras orçamentárias.

SILVIO: Iniciou esclarecendo que a equipe da AAGGE está trabalhando nos temas para serem apresentados no encontro das eleições que reunirão com as Zonas Eleitorais, informou que os temas

Aprovação pelo NQ	Versão	Data de Aprovação	Folha
	1.1		

AAGGE	FORMULÁRIO DE ATA DE REUNIÃO	Codificação
		FAR

estão sendo definidos com base nas informações repassadas pelo Vinícius (18ª ZE), contanto também com o auxílio das unidades competentes para colaborar no conteúdo dos temas. Destacou que a forma de distribuição dos recursos para a alimentação dos mesários está bem encaminhada com a implantação da Carteira Digital do Banco do Brasil. Relatou algumas preocupações em relação a logística de distribuição dos equipamentos de EPIs e urnas eletrônicas, entende que vai demandar um esforço das STI e SAO, outra preocupação é quanto a extensão do prazo de votação, que ainda não tem uma decisão conclusiva. Informou que um painel de BI está sendo construído em conjunto com a SJD, pensando no acompanhamento, cumprimento dos prazos de julgamento e controle dos registros de candidaturas pelas zonas e pelo grupo de trabalho de auxílio a zonas eleitorais, diante da expectativa de número expressivo de candidaturas, com o fim das coligações para eleições proporcionais. Informou da grande dificuldade na demora no TSE em divulgar as orientações e decisões acerca do processo eleitoral deste ano, e que muitas vezes tomamos conhecimento por meio da mídia externa e não por meio da instituição JE.

VINÍCIUS: informou que foi solicitado à AAGGE o desenvolvimento de oito painéis de BI para auxiliar as zonas eleitorais com as informações de mesários, locação de urnas, montagem de seções, poder de polícia, vistoria de local de votação, prestação de contas e horário eleitoral. Está sendo trabalhado com a SGP três ações específicas que estão com os cartórios eleitorais, que são 1) o mapeamento da quantidade de pessoas em grupos de risco nas zonas eleitorais, para elaboração do Plano de Retomada Gradual do Trabalho Presencial, 2) situação do programa mesário voluntário, diante das dificuldades de captar mesários e 3) alocação de pessoas, onde a administração oferecem o apoio às zonas eleitorais em situação crítica, enviando servidores para auxiliarem nas atividades de eleição.

JOSÉ CARLOS: apresentou a todos os presentes, o painel do plano de gestão 2020/2022, Destacou que a responsabilidade de atualização das informações das iniciativas é de responsabilidade dos gestores. Wilson lembrou que esta ferramenta está sujeita a críticas pelas unidades e é importante a validação das ferramentas que temos disponíveis, pois elas devem estar o mais perto possível da realidade do Tribunal, inclusive quando por ocasião da elaboração do relatório integrado a ser apresentado ao TCU. Finalizou agradecendo e se colocando à disposição de todos para o que precisarem. O Des. Presidente finalizou agradecendo a todos e firmou seu compromisso em estar presente em todos os eventos que puder.

AÇÕES ORIUNDAS DESTA REUNIÃO			
ID	Descrição da Ação	Responsável	Data Limite
1	Próxima Reunião de Análise da Estratégia	AAGGE	04/12/2020
2	Acompanhamento da participação das unidades no processo de eleição	APLAE	
3	Realizar avaliação do orçamento para fins de remanejamento do recurso	SAO/unidades	19/08/2020

Aprovação pelo NQ	Versão	Data de Aprovação	Folha
	1.1		

Alteração: Mudança de Logomarca
Este documento não poderá ser copiado ou cedido sem a prévia autorização

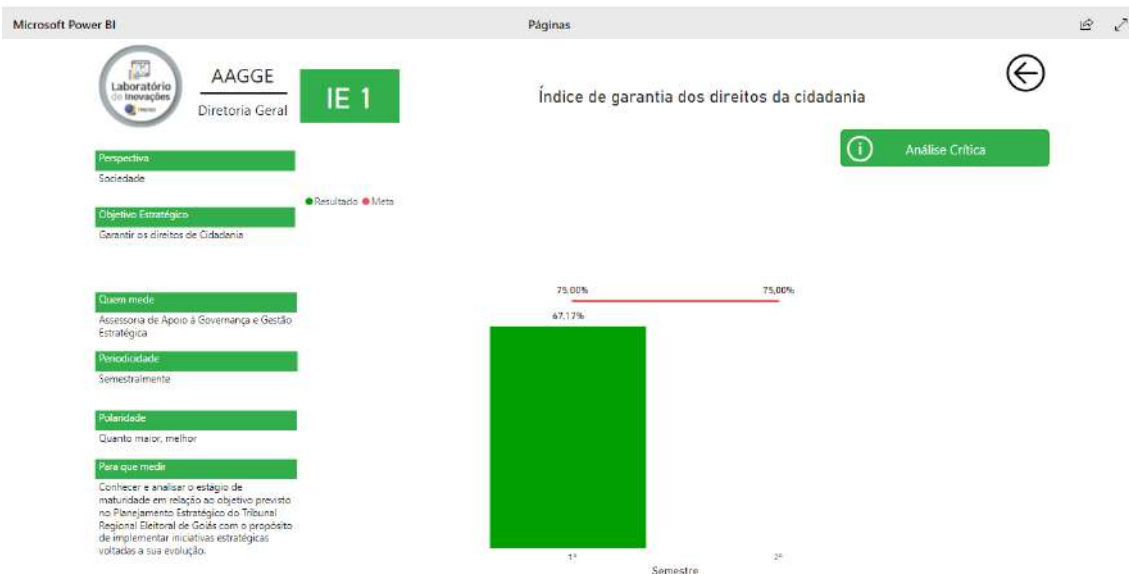
Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 24/08/2020 20:46:16
Por: ANDRE LUIZ SOARES e outros



AAGGE
Diretoria Geral



Objetivo estratégico 1	
Garantir os direitos de Cidadania	
IE1 - Índice de garantia dos direitos da cidadania	
IA1.1 - Índice de Participação nos Projetos de Cidadania	
IA1.2 - Tempo Médio de Resposta a Contatos Dirigidos à Ouvidoria	
IA1.3 - Índice de desempenho do Plano de Logística Sustentável	
Objetivo estratégico 2	
Fortalecer a Governança	
IE2 - Índice de fortalecimento da governança (Anualmente)	
IA2.1 - Índice geral de governança do TRE-GO (IGG) (Anualmente)	
IA2.2 - Índice de adequação ao planejamento das contratações e aquisições	
IA2.3 - Índice de iniciativas estratégicas implementadas (Anualmente)	
IA2.4 - Índice de transparência da Justiça Eleitoral (CNI) (Anualmente)	

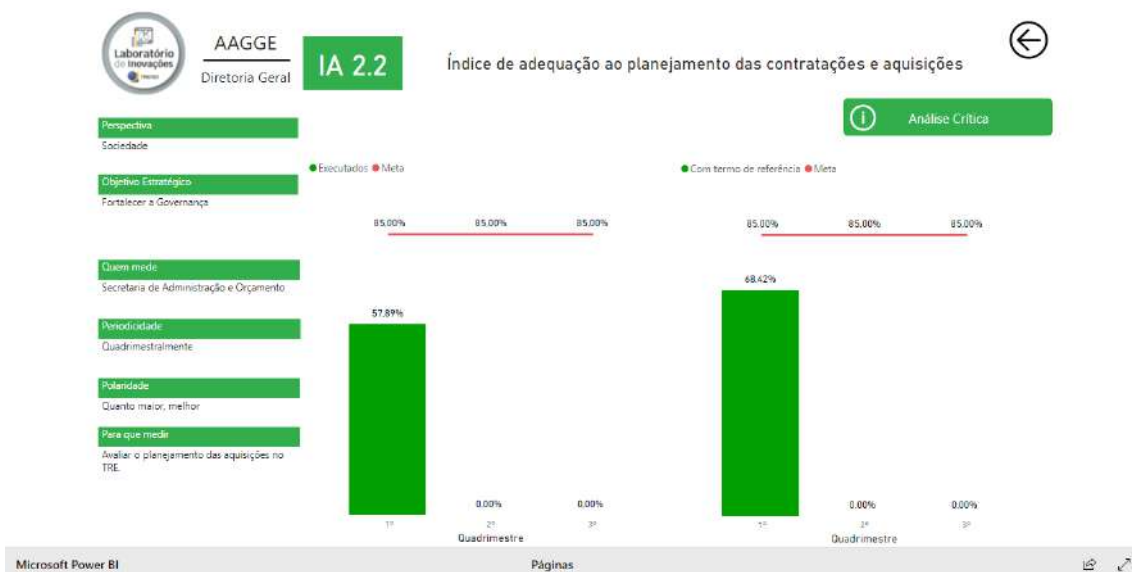
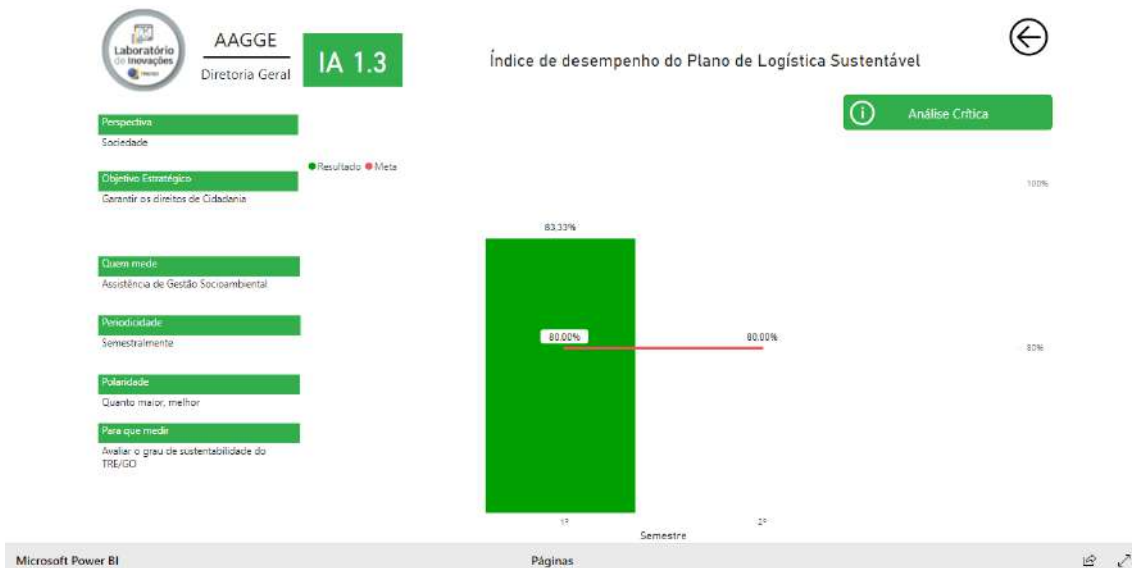


Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 24/08/2020 20:46:16

Por: ANDRE LUIZ SOARES e outros

TRE





AAGGE
Diretoria Geral

IA 2.4

Índice de transparência da Justiça Eleitoral (CNJ)



Perspectiva
Sociedade

Objetivo Estratégico

Fortalecer a Governança

● Resultado ● Meta

Quem mede

Assessoria de Apoio à Governança e Gestão Estratégica

Periodicidade

Anualmente

Polaridade

Quanto maior, melhor

Para que medir

Conhecer, avaliar e evoluir o estágio de transparência, sob a ótica do Conselho Nacional de Justiça.



1-2 TREBA	95,00%
1-2 TRESE	95,00%
3 TRFA	95,00%
4 TRT20	95,00%
5-8 TREPA	95,00%
5-6 TREAN	95,00%
7-11 TREAC	95,00%
7-11 TREUS	95,00%
7-11 TRERJ	95,00%
7-11 TREMS	95,00%
7-11 TRETO	95,00%
12-13 TREGO	94,26%
12-13 TRESP	94,26%
14 TRT18	94,26%
15 TREPB	94,26%
16 TJAL	94,26%
17 TJDF	94,26%
18 TREAL	94,26%
19-20 TREMG	94,26%
19-20 TREPR	94,26%
21 TJGO	94,26%
22 TRECE	94,26%
23-25 TICE	94,26%
23-25 TJRR	94,26%

Microsoft Power BI

Páginas



AAGGE
Diretoria Geral

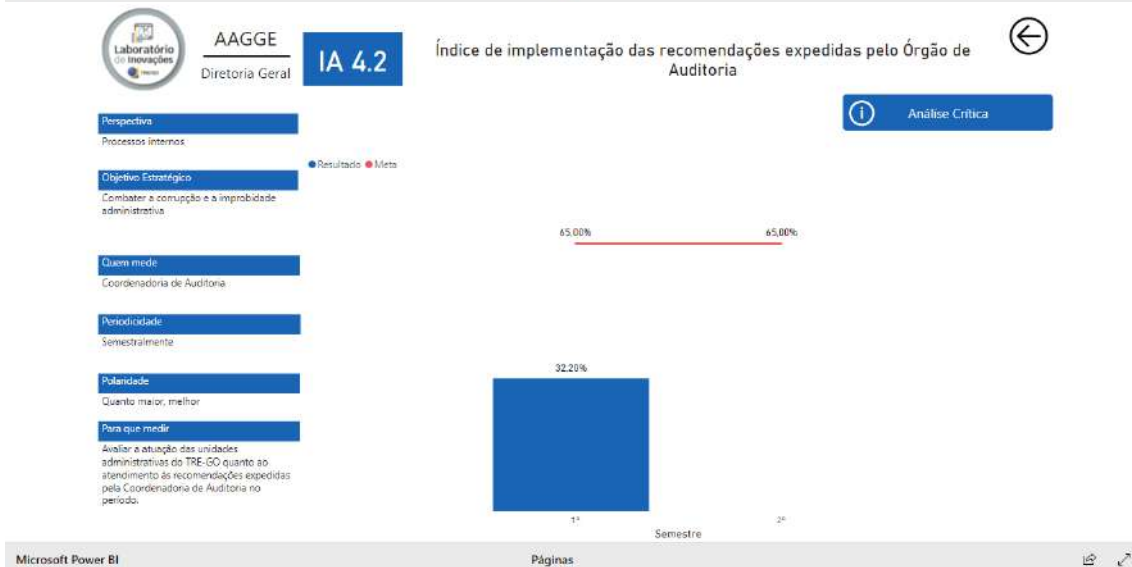
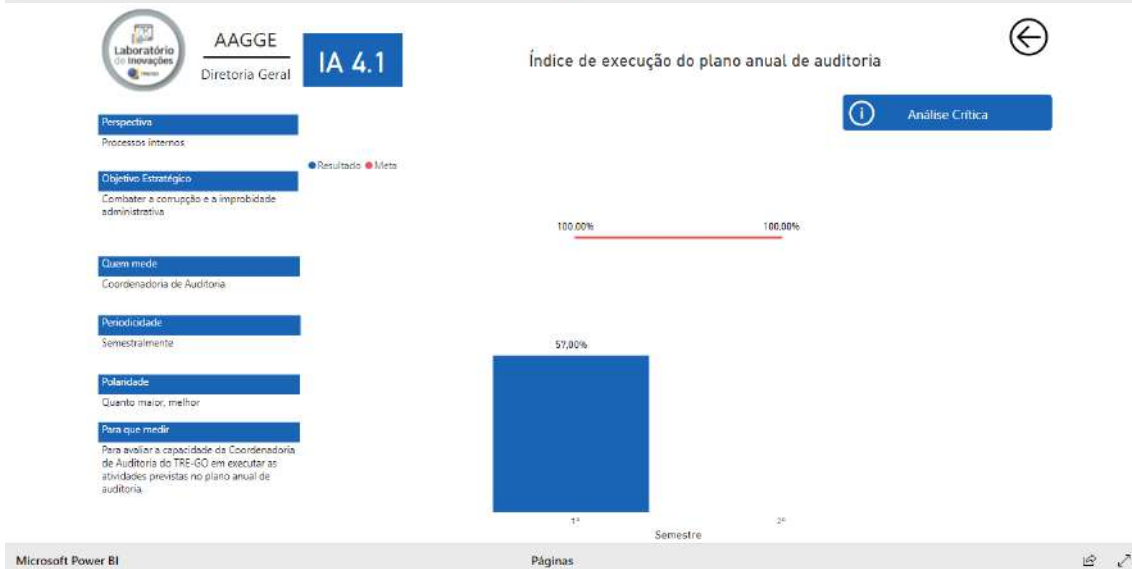
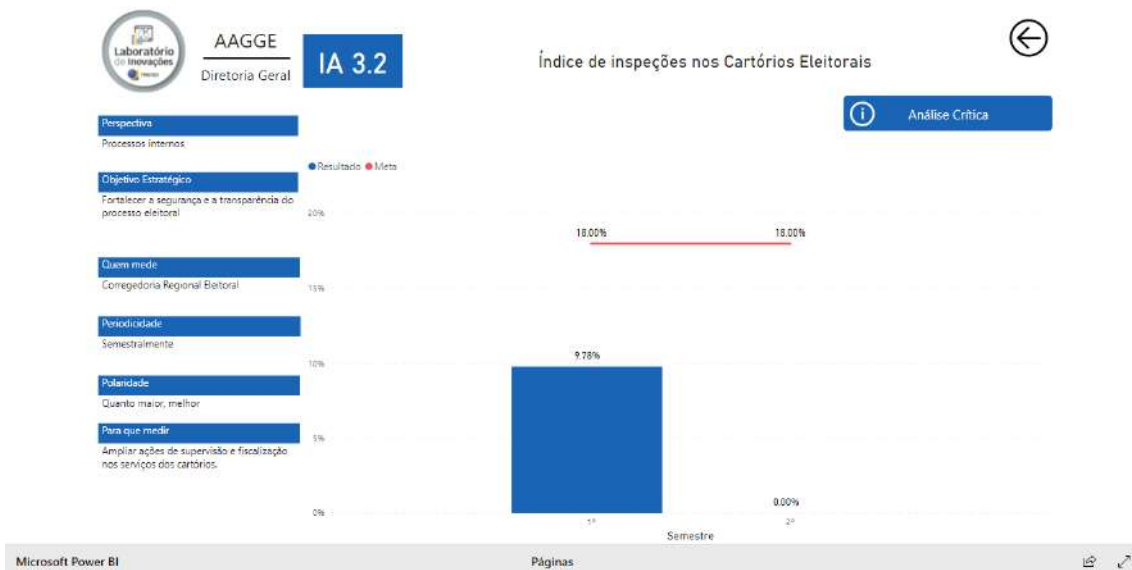


Objetivo estratégico 3
Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral
IE3 - Índice de fortalecimento da segurança e transparência do processo eleitoral
IA3.1 - Índice de desempenho dos processos de eleição (Anualmente)
IA3.2 - Índice de inspeções nos Cartórios Eleitorais
IA3.3 - Quantitativo de processos certificados da cadeia de valor
Objetivo estratégico 4
Combater a corrupção e a improbidade administrativa
IE4 - Índice de combate à corrupção e à improbidade administrativa (Anualmente)
IA4.1 - Índice de execução do plano anual de auditoria
IA4.2 - Índice de implementação das recomendações expedidas pelo Órgão de Auditoria
IA4.3 - Índice de julgamento de processos prioritários 1º grau (Meta 4 CNJ)
IA4.4 - Índice de julgamento de processos prioritários 2º grau (Meta 4 CNJ)
Objetivo estratégico 5
Garantir a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
IE5 - Índice de celeridade e produtividade na prestação jurisdicional (Anualmente)
IA5.1 - Índice de julgamento de processos de conhecimento 1º grau (Meta 1 CNJ)
IA5.2 - Índice de julgamento de processos de conhecimento 2º grau (Meta 1 CNJ)
IA5.3 - Índice de julgamento de processos antigos 1º grau (Meta 2 CNJ)
IA5.4 - Índice de julgamento de processos antigos 2º grau (Meta 2 CNJ)
IA5.5 - Taxa de congestionamento 1º grau
IA5.6 - Taxa de congestionamento 2º grau

Microsoft Power BI

Páginas







AAGGE
Diretoria Geral

IA 4.3

Índice de Julgamento de processos prioritários 1º grau (Meta 4 CNJ)



Análise Crítica

Perspectiva

Processos internos

Objetivo Estratégico

Combater a corrupção e a improbidade administrativa

Quem mede

Corregedoria Regional Eleitoral

Periodicidade

Mensalmente

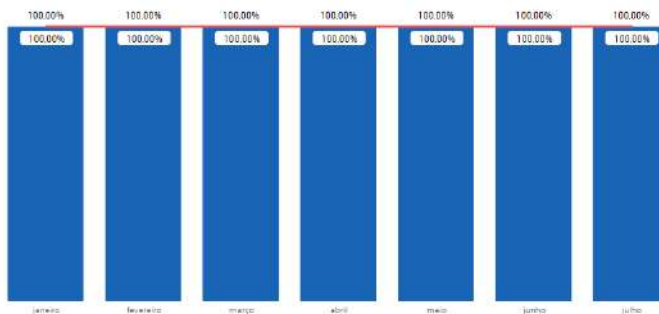
Politicidade

Quanto maior, melhor

Para que medir

Garantir a efetividade das decisões que possam impactar na perda do mandato eletivo ou não diplomação

Resultado Meta



Microsoft Power BI

Páginas



AAGGE
Diretoria Geral

IA 4.4

Índice de Julgamento de processos prioritários 2º grau (Meta 4 CNJ)



Análise Crítica

Perspectiva

Processos internos

Objetivo Estratégico

Combater a corrupção e a improbidade administrativa

Quem mede

Secretaria Judiciária

Periodicidade

Mensalmente

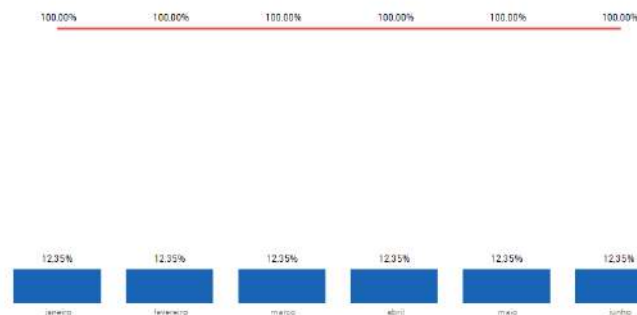
Politicidade

Quanto maior, melhor

Para que medir

Garantir a efetividade das decisões que possam impactar na perda do mandato eletivo ou não diplomação

Resultado Meta



Microsoft Power BI

Páginas



AAGGE
Diretoria Geral

IA 5.1

Índice de julgamento de processos de conhecimento 1º grau (Meta 1 CNJ)



Análise Crítica

Perspectiva

Processos internos

Objetivo Estratégico

Garantir a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

Quem mede

Corregedoria Regional Eleitoral

Periodicidade

Mensalmente

Politicidade

Quanto maior, melhor

Para que medir

Avaliar a capacidade de julgamento do Tribunal em relação aos processos distribuídos no mesmo período

Resultado Meta



Microsoft Power BI

Páginas

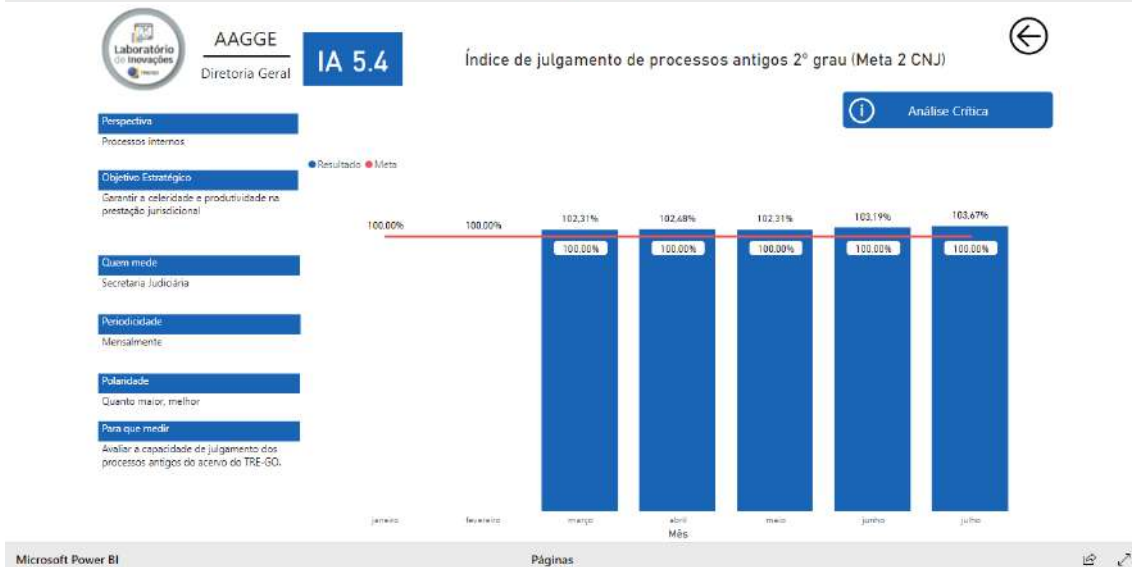
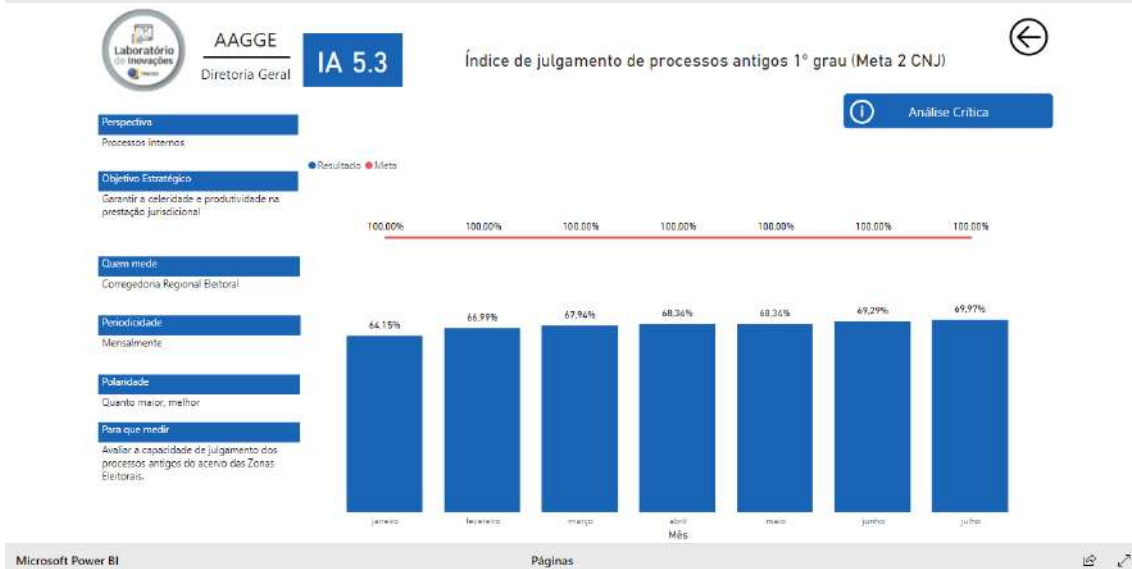
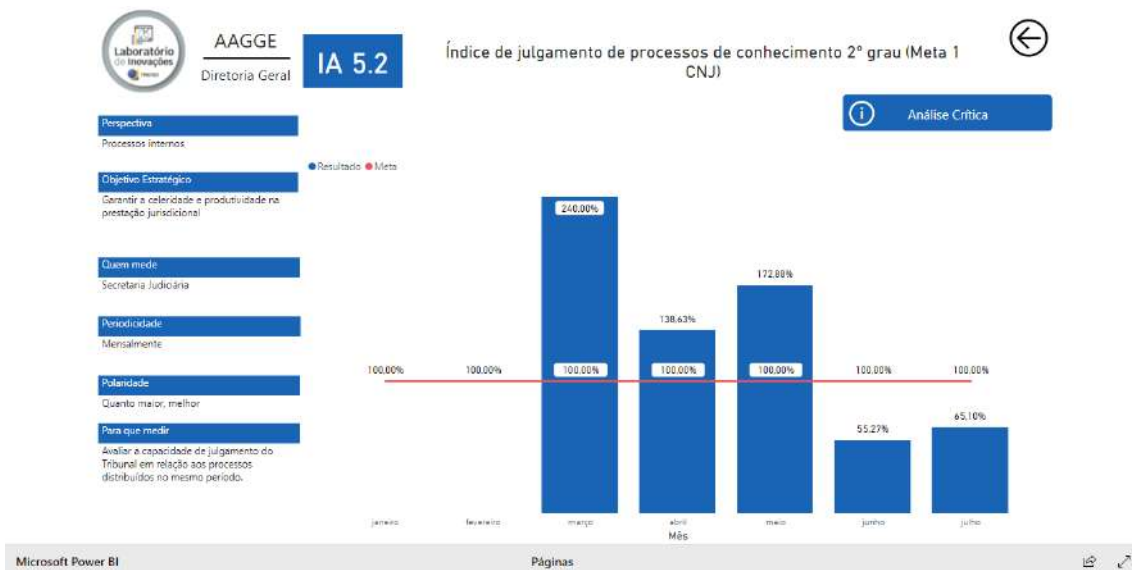


Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 24/08/2020 20:46:16

Por: ANDRE LUIZ SOARES e outros

TRE





AAGGE
Diretoria Geral

IA 5.5

Taxa de congestionamento 1º grau



Análise Crítica

Perspectiva

Processos internos

Objetivo Estratégico

Garantir a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

Quem mede

Corregedoria Regional Eleitoral

Periodicidade

Mensalmente

Polandade

Quanto menor, melhor

Para que medir

Avaliar a capacidade de atendimento à demanda de processos judiciais que ingressam nas Zonas Eleitorais.

● Resultado ● Meta



Microsoft Power BI

Páginas



AAGGE
Diretoria Geral

IA 5.6

Taxa de congestionamento 2º grau



Análise Crítica

Perspectiva

Processos internos

Objetivo Estratégico

Garantir a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

Quem mede

Secretaria Judiciária

Periodicidade

Mensalmente

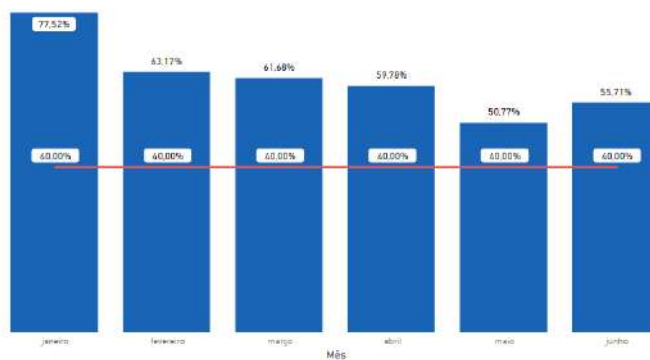
Polandade

Quanto menor, melhor

Para que medir

Avaliar a capacidade de atendimento à demanda de processos judiciais que ingressam no TRE.

● Resultado ● Meta



Microsoft Power BI

Páginas

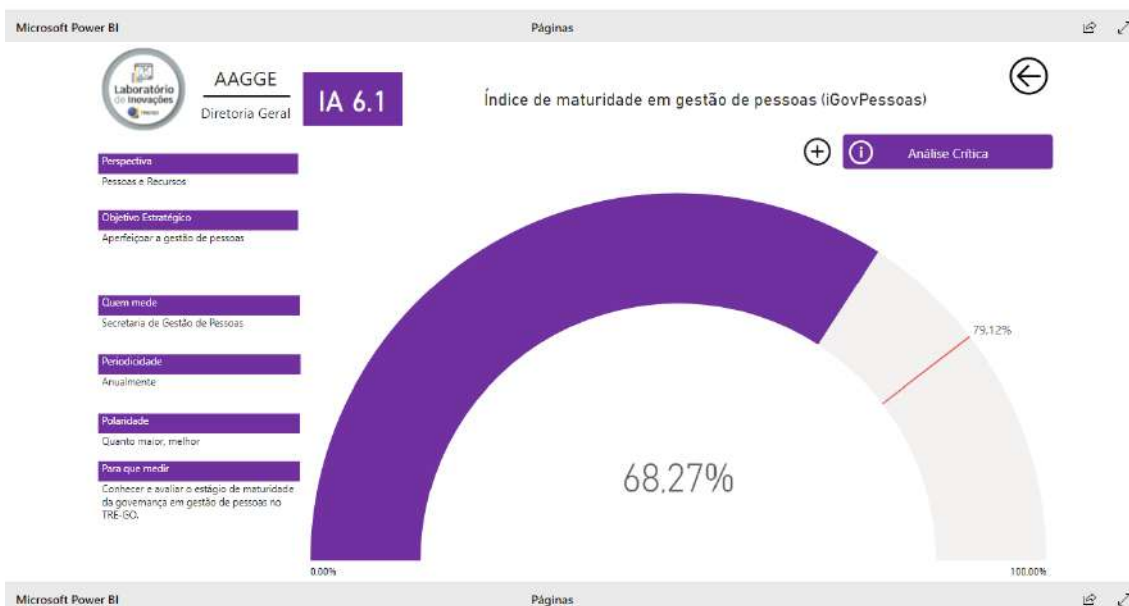




AAGGE
Diretoria Geral



Objetivo estratégico 6
Aperfeiçoar a gestão de pessoas
IE6 – Índice de aperfeiçoamento da gestão de pessoas (Anualmente)
IA6.1 – Índice de maturidade em gestão de pessoas (iGovPessoas)
Objetivo estratégico 7
Aperfeiçoar a governança de Tecnologia da Informação
IE7 – Índice de aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação
IA7.1 – Índice de governança e gestão de TI (iGovTI)
Objetivo estratégico 8
Aperfeiçoar a gestão orçamentária
IE8 – Índice de aperfeiçoamento da gestão orçamentária (Anualmente)
IA8.1 – Índice de perdas orçamentárias (Anualmente)
IA8.2 – Índice de inscrição em restos a pagar (Anualmente)



AAGGE

Diretoria Geral



Perspectiva

Sociedade

Objetivo Estratégico

Garantir os direitos da cidadania

Quem mede

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

Periodicidade

Mensalmente

Polaridade

Quanto maior, melhor.

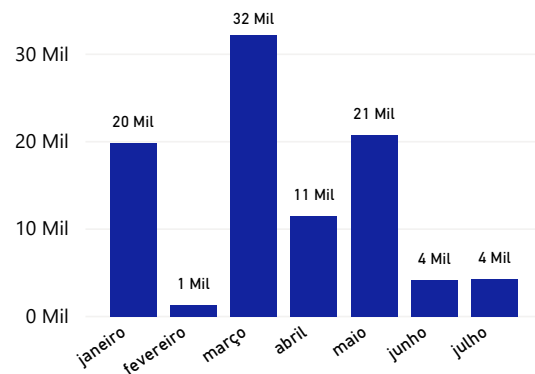
Para que medir

Conhecer e aumentar o número de pessoas alcançadas pelo conteúdo produzido pelo TRE/GO em seu perfil nas redes sociais, contribuindo para o aperfeiçoamento da comunicação da estratégia institucional.

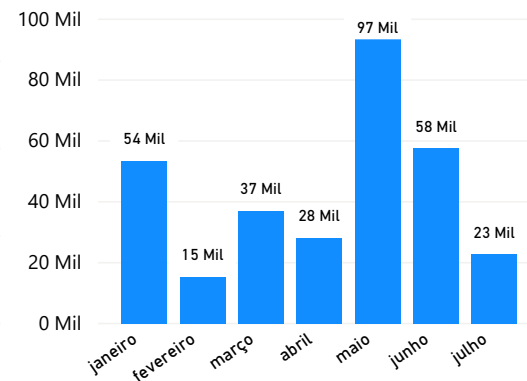
Alcance do TRE/GO nas redes sociais

Análise Crítica

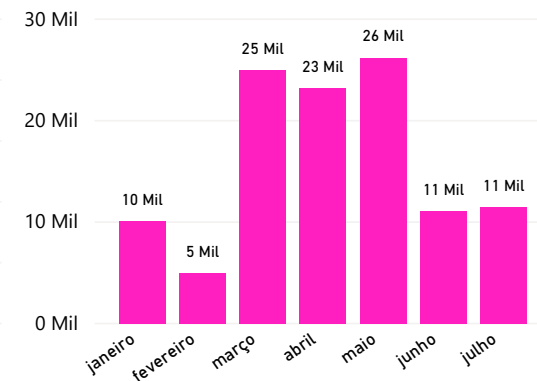
Facebook



Twitter

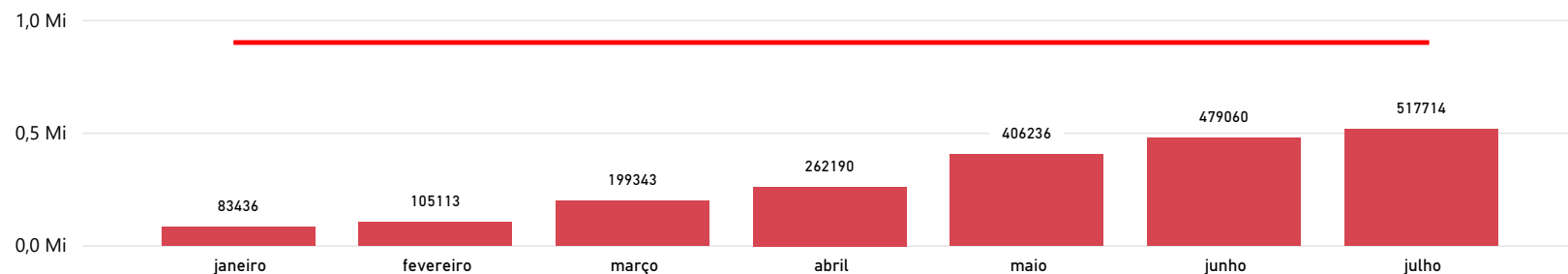


Instagram



Geral

● Alcance/Impressões ● Meta





Número de matérias jornalísticas produzidas pelo TRE/GO

Análise Crítica

Perspectiva

Sociedade

Objetivo Estratégico

Garantir os direitos da cidadania

Quem mede

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

Periodicidade

Mensalmente

Polaridade

Quanto maior, melhor.

Para que medir

Conhecer a capacidade de produção de matérias jornalísticas pelo TRE/GO para informar ao público sobre as iniciativas estratégicas promovidas e priorizadas pela Administração e em observância aos objetivos e diretrizes definidos pelo Plano de Comunicação da Estratégia.

